

Procedimentos metodológicos

Como analisar um Filme

Os filmes contam histórias por meio de imagens, sons, diálogos e efeitos especiais que conduzem o espectador através de uma narrativa recheada de mensagens e informações. De olho em sua marcante presença na sociedade em que vivemos, ao final de cada capítulo há a subseção **Em Cartaz**, para que você possa explorar os conteúdos a partir dessa linguagem.

Mesmo que baseados em fatos considerados reais, os filmes que possuem como tema uma situação histórica devem ser compreendidos como representações dessa situação. Ou seja, não são “a História”, mas discursos e visões “sobre a História”. Apesar disso, podem auxiliar na produção de reflexões e conhecimentos, pois a partir deles podemos discutir determinadas visões sobre uma dada sociedade e organizar informações e conceitos a seu respeito.

Mas, para que isso seja possível, antes de analisar qualquer filme, é importante levar em consideração:

- 1 O momento em que foi produzido.
- 2 Seu diretor e país de origem, pois, além de imagens, as películas também projetam características e pontos de vista do presente sobre o passado.
- 3 O tema do filme e seus personagens principais.
- 4 O momento histórico em que transcorre a trama do filme.
- 5 As mensagens transmitidas pelo filme e os pontos de vista expressados ao longo da sua narrativa.



IMAGENS: DIVULGAÇÃO

Como analisar uma Imagem

Para interpretar uma imagem – obras de arte, fotos e ilustrações –, esteja atento a alguns procedimentos.



THE BRITISH MUSEUM ART LIBRARY / GRUPO KEYSTONE

Il Quarto Stato (O Quarto Estado), Giuseppe Pellizza de Volpedo. Óleo sobre tela, 1895-1896. (detalhe)

Procure seguir estes procedimentos:

- 1 Identifique o que está no centro e à frente na figura. Geralmente, é o que o autor da imagem procurou destacar.
- 2 Verifique os espaços laterais, aquilo que está mais longe do centro, ao fundo ou no alto.
- 3 Note se há espaços fechados e espaços abertos.
- 4 Identifique todas as pessoas, animais, construções e demais figuras que compõem a imagem.
- 5 Confira se há personagens ou figuras escondidas ou encobertas.
- 6 Verifique as ações que estão sendo retratadas. Qual é a principal? Quais são as secundárias (se houver)?
- 7 Preste atenção nas expressões faciais e atitudes dos personagens. Não se esqueça dos pequenos detalhes, pois eles podem revelar muito.
- 8 Procure identificar o tema ou o assunto da imagem.
- 9 Procure identificar o período e o contexto em que a imagem foi produzida.
- 10 Procure formular hipóteses sobre as mensagens apresentadas pela imagem.

Como interpretar um Texto

Para os textos, procure seguir estes procedimentos:

- 1 Faça uma primeira leitura do texto.
 - 2 Faça uma lista com as **palavras** que não entendeu.
 - 3 Agora, organize essa lista: palavras cujo significado você não sabe; palavras cujo significado você poderia arriscar; e palavras que, pelo texto, você já entendeu.
 - 4 Consulte o dicionário de língua portuguesa. Tire suas dúvidas.
 - 5 Agora procure informações sobre o **autor** desse texto. Quem é? A qual grupo social pertence(ia)?
 - 6 Identifique o **assunto** do texto.
 - 7 Faça uma nova leitura completa e resolva as questões propostas.

"Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a **espoliação** do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei á minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

"Carta-testamento de Getúlio Vargas".
Diário de Notícias, Rio de Janeiro.
24 de agosto de 1954.

Como analisar um Mapa

O mapa é uma representação de determinado espaço geográfico, que utiliza texto e imagem.

Para os mapas, procure seguir estes procedimentos:

- 1 Leia o título do mapa. Nele está contido o assunto representado.
 - 2 Identifique quais são as partes do mundo retratadas.
 - 3 Observe quais são as partes destacadas (países, continentes, regiões...).
 - 4 Confira a posição relativa de localização em relação ao lugar onde você se encontra, ao norte, ao sul, a leste ou a oeste.
 - 5 Note se há rios e mares representados.
 - 6 Verifique se há indicação de cidades, reinos, impérios ou outra divisão política no mapa.
 - 7 Veja se há representação de relevo ou vegetação.
 - 8 Leia com atenção as legendas. Identifique no mapa os sinais e as cores na legenda. São informações muito importantes.
 - 9 Identifique o momento histórico representado.
 - 10 Faça agora uma leitura global do mapa. Procure relacionar as informações oferecidas.
 - 11 Analise o assunto e as informações trazidas pelo mapa ao tema desenvolvido no capítulo.

AMÉRICA ESPANHOLA ANTES DAS INDEPENDÊNCIAS (1800)



Fonte: Elaborado com base em SELLIER, J. *Atlas de los pueblos de America*. Barcelona: Paidós, 2002.

Objetivos: Revisar conteúdos do volume 1 de maneira a permitir o melhor aproveitamento da programação deste volume 2. Pode-se também utilizar essa seção para visitar com maior profundidade determinados temas que o(a) professor(a) venha a considerar mais importantes. Por fim, há uma revisão geral dos conteúdos de História da África compondo um único bloco de estudos que se estende do IV milênio a.C. até o século XV.

As fronteiras móveis da Idade Média

Essa introdução procura se constituir como uma espécie de fronteira móvel entre o volume 1 e o volume 2 da nossa coleção. Por um lado, recuperamos alguns conteúdos essenciais que permitem uma utilização mais flexível, dependendo das necessidades e características da programação curricular de cada escola e de cada região do país. Por outro lado, a possibilidade de demarcar a passagem do livro 1 para o livro 2 em capítulos diferentes revela uma característica peculiar do período estudado.

Trata-se de fronteiras móveis porque a questão de fundo é o **processo de transição do feudalismo para o capitalismo** e a demarcação do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna.

Tal transição começou a se desenhar a partir do século XIV e só se completou na segunda metade do século XVIII, com a chamada **Revolução Industrial**, com a **Ilustração** e com a constituição de um conceito de **soberania política** que daria sustentação aos **regimes liberais e constitucionais** do século XIX.

A rigor, tal transição combina elementos feudais a elementos capitalistas. A conquista colonial dos séculos XVI e XVII articula-se à expansão feudal dos séculos XI-XII por suas motivações. A sociedade do Antigo Regime manteve muitas características da sociedade feudal. O Estado absolutista pode ser definido como um Estado feudal em função da sua natureza social.

Por todas essas razões, há autores que sustentam a existência de uma **Longa Idade Média** que só teria se encerrado ao final do século XVIII.

O fim da Idade Média pode ser demarcado no século XVIII com a emergência da sociedade industrial. Ou então em 1492, com a chegada de Cristóvão Colombo à América. A ruptura da cristandade ocidental em 1517 com o início da Reforma Protestante pode servir de base para essa delimitação. E até mesmo a queda de Constantinopla em 1453.

Qualquer uma dessas delimitações oferece um conjunto de argumentos que merece ser considerado. Mas, de qualquer modo, o período que se estende entre os séculos XV e XVIII apresenta uma série de permanências e rupturas que o caracteriza como uma época de transição e de fronteiras móveis, que a interpretação histórica deve demarcar através da reflexão e da argumentação.

DE OLHO NOS CONCEITOS

- Teocracia
- Monoteísmo
- Politeísmo
- Feudo
- Senhorio
- Expansão feudal
- Protestantismo
- Luteranismo
- Anglicanismo
- Calvinismo
- Contrarreforma
- Absolutismo
- Escravidão
- Tráfico negreiro

Os conceitos podem ser usados como sondagem dos conhecimentos prévios, ponto de partida para um percurso conceitual para o capítulo e/ou verificação de aprendizagem. Sugirmos a elaboração de um glossário conceitual por parte dos estudantes.

BIBLIOTECA REAL DE BRUXELAS, BÉLGICA



Mapa-múndi, atribuído a Simon Marmion. Iluminura, extraída do manuscrito *La fleur des histories*, Jean Mansel 1459-1463. (detalhe)

1 A África até o século XV

Por volta de 6000 a.C., o Saara, até então região de savanas habitada por caçadores, pescadores, pastores e agricultores, começou a sofrer um progressivo processo de ressecamento. A diminuição do volume de chuvas levou as populações da região a se deslocar à procura de suprimento permanente de água. Uma parte se dirigiu para o norte, ocupando regiões montanhosas e vales, e adotou um modo de vida pastoril e seminômade próximo do Mediterrâneo. Outros migraram para o sul e instalaram-se nas savanas, na curva do rio Níger e ao redor do lago Chade, formando pequenas comunidades agrícolas. Por fim, uma parte se dirigiu para leste e se concentrou no vale do Nilo.

As grandes mudanças climáticas e ambientais ocorridas entre 6000 e 2500 a.C. marcaram e alteraram profundamente a distribuição dos agrupamentos humanos no continente africano. A vida em comunidade não poderia ser a mesma nas grandes zonas desérticas, nas florestas equatoriais, nas regiões montanhosas, nas bacias fluviais ou nos grandes lagos.

Assim, no IV milênio a.C., ao mesmo tempo em que a região saariana se encontrava em processo de desertificação, o continente africano apresentava uma grande diversidade de formações sociais. No delta do Nilo, havia **núcleos urbanos** e **comunidades** que praticavam a **agricultura irrigada**. Mais ao sul, na região da Núbia, concentravam-se comunidades de agricultores e pastores seminômades. Nos planaltos etíopes, formavam-se pequenas comunidades sedentárias agricultoras e pastoris. Na região subsaariana, as comunidades viviam da caça e da coleta, enquanto as comunidades de cultura pastoril seminômade espalhavam-se por toda região ao norte do Saara.

O vale do Nilo e o Egito Antigo

A grande concentração populacional ao longo das margens do Nilo, entre a primeira catarata e o delta, favoreceu o surgimento e o desenvolvimento de uma das primeiras e mais importantes sociedades organizadas do mundo antigo e certamente a mais duradoura, prolongando-se por mais de três mil anos: o **Egito Antigo**.

Por meio de seus monumentos, textos e iconografia, o Egito nos deixou informações sobre a maneira de pensar, sentir e viver de seus habitantes, mas, sobretudo, não nos deixou dúvidas de que essa sociedade resplandecente era de base **negro-africana**.

A grande realização desses povos foi o controle da terra e do rio, com o desenvolvimento de técnicas para

drenagem de pântanos, para construção de diques e para os canais de irrigação. O empreendimento exigia trabalho organizado em larga escala, o que facilitou o desenvolvimento de uma estrutura administrativa local em cada comunidade, que se tornou a base da estrutura política do Egito. Por outro lado, o rio Nilo favorecia a comunicação natural entre as diferentes regiões, facilitando o desenvolvimento de uma unidade linguística e cultural.

Ergueu-se, assim, das margens férteis do Nilo, uma sociedade nova, diversificada e complexa cujos habitantes chamavam-se a si próprios *kmt* (negros). Ao final do IV milênio a.C., formava-se um **Estado centralizado** que se organizou por meio de uma **teocracia**, ou seja, um tipo de governo que se apresenta como a expressão da divindade na Terra. No caso do Egito, uma teocracia dirigida pelos **faraós**.

Abaixo dos faraós encontrava-se uma nobreza composta da família real, dos altos funcionários e dos altos sacerdotes. A seguir, apareciam os escribas, funcionários mais modestos, sacerdotes dos pequenos templos, oficiais militares, artistas e artesãos especializados a serviço do faraó ou da corte. Na base da sociedade encontravam-se os trabalhadores que prestavam serviços nas pedreiras, minas, oficinas artesanais e nos campos agrícolas. Por fim, os escravizados estrangeiros utilizados nas obras públicas e nos serviços domésticos.

Ao sul da primeira catarata estendia-se uma região chamada de **Kush** pelos egípcios. Região povoadas também por povos que fugiam da desertificação do Saara. Entretanto, o vale nessa região era mais árido, mais acidentado e repleto de cataratas. Suas riquezas, no entanto, atraíram e despertaram cobiça dos governantes do Egito. Em determinado momento o vizinho Reino de Kush tornou-se um potente concorrente político e soube impor seu domínio a todo o vale.

O grande Império egípcio se constituiu como centro dinâmico de relações mercantis desenvolvidas no mar Mediterrâneo, no Saara oriental, no corredor sírio-palestino. Ao sul, através da Núbia, estabeleceram-se rotas em direção à África subsaariana. Os afluentes do Nilo proporcionaram, a leste, o acesso às terras altas da Etiópia, ao mar Vermelho e ao oceano Índico.

Na encruzilhada de caminhos africanos, o antigo Egito constituía-se o ponto de intersecção entre as formações sociais da Ásia e da Europa. Por meio de uma imensa e intrincada rede comercial, circulavam produtos, matérias-primas, técnicas e outros saberes.

ÁFRICA (IV MILÊNIO a.C.)



Fonte: Elaborado com base em ADE AJAYI, J. F.; CROWDER, M. *Historical Atlas of Africa*. Essex: Longman, 1985; BLACK, J. *World history atlas*. London: Dorling Kindersley, 2008; JOLLY, J. *L'Afrique et son environnement européen et asiatique*. Paris: L'Harmattan, 2008.

África e o mundo mediterrâneo: fenícios, gregos e romanos

As riquezas do Egito atraíram para a África dois dos mais importantes povos marítimos e mercantis do mar Mediterrâneo oriental, os gregos e os fenícios.

Por meio das trocas comerciais entre Creta e Egito, comunidades gregas passaram a estabelecer colônias, a partir do século VII a.C., nos vales férteis da Cirenaica. Os grandes concorrentes dos gregos no comércio mediterrâneo foram os fenícios. Fenícia foi o nome dado pelos gregos ao litoral da Síria e do Líbano, região habitada por povos de língua semita. Os fenícios utilizaram o mar como alternativa para suas atividades econômicas e, devido a sua posição privilegiada, passaram a servir de intermediários comerciais entre as sociedades da Mesopotâmia e do Egito. Enquanto os gregos se expandiram para o Ocidente ao longo da costa do mar Mediterrâneo, os fenícios foram para oeste acompanhando o litoral africano.

As relações comerciais e culturais estabelecidas entre os povos das planícies costeiras do norte com os fenícios caracterizaram-se pela consolidação de uma cultura mestiça de origem fenícia e berbere. Dessa inter-relação surgiu uma grande potência: **Cartago**, que se constituiu num império sediado na África do Norte e assumiu a liderança comercial do Mediterrâneo nos séculos IV e III a.C.

Mas, enquanto os cartagineses se expandiam e dominavam a costa oeste da África setentrional, os gregos se estabeleceram na costa leste. Posteriormente, os romanos

submeteram cartagineses e gregos transformando o mar Mediterrâneo em *mare nostrum* (novo mar). Ou seja, um mar no interior de suas províncias.

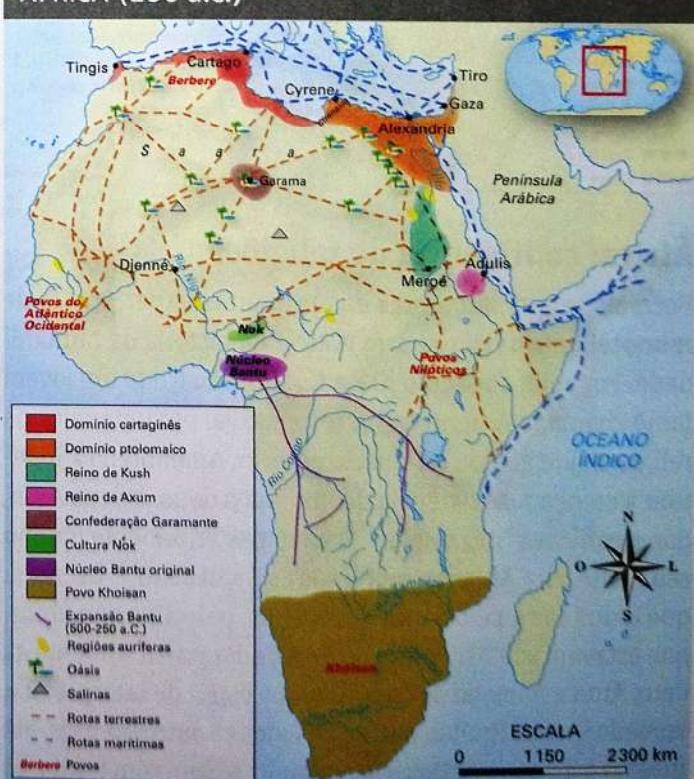
Entretanto, uns e outros ocuparam as bordas da África do Norte. Os cartagineses se mantiveram nas planícies, sem chegar a penetrar o deserto, que continuava a ser território de formações sociais que se desenvolviam autonomamente.

No grande Império construído por Alexandre, o Grande, o Egito, apesar de derrotado militarmente e incorporado politicamente, continuava a irradiar saberes através da cidade de Alexandria, considerada a capital intelectual do mundo mediterrâneo.

Mas os gregos, com esforço, atingiram a primeira catarata. Para além, seguindo o curso do Nilo, florescia o **Reino de Kush e Meroé** (284-266 a.C.), que se consolidou como a capital do reino, onde as mulheres de sangue real detinham o poder. No nordeste, a partir do século I a.C., nos planaltos, nascia outra grande potência, o **Reino de Axum**.

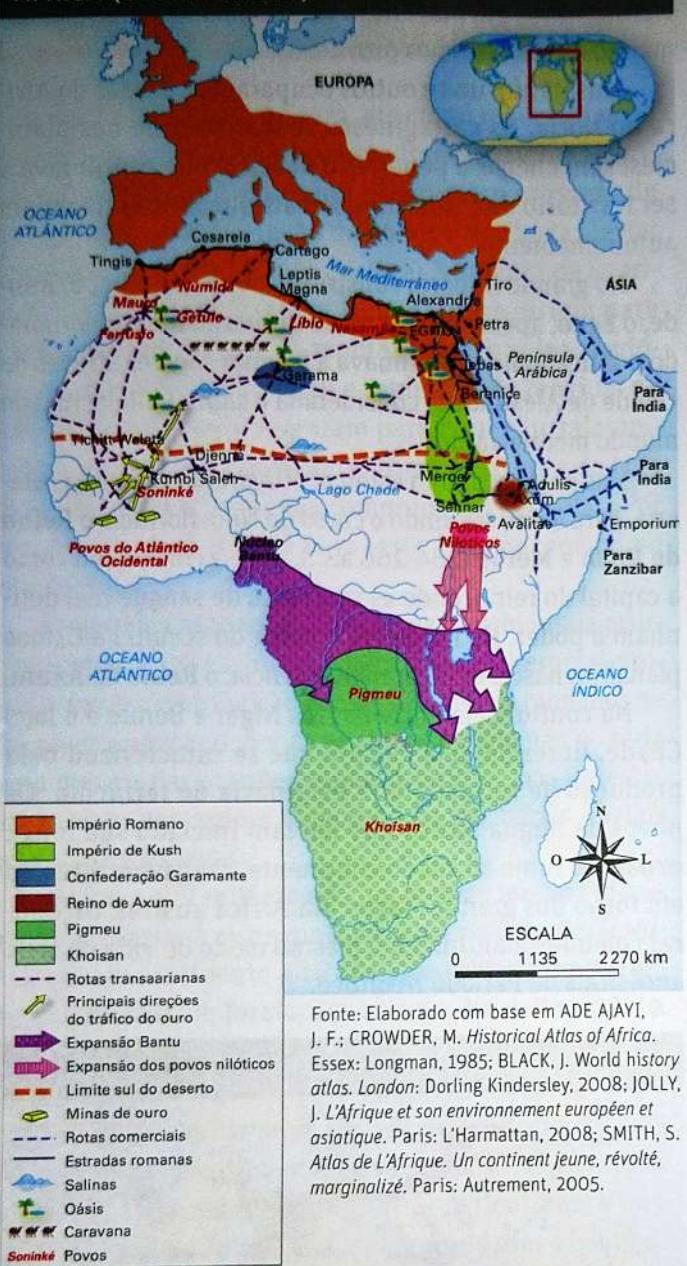
Na confluência entre os rios Níger e Benué e o lago Chade, florescia uma cultura que se caracterizou pela produção de refinada arte estatuária de terracota. Os povos de língua **bantu** que haviam iniciado sua longa expansão rumo ao sul do continente, chegavam à região em torno dos grandes lagos. Na África austral, caçadores coletores mantinham o mesmo modo de vida de seus ancestrais do Período Neolítico.

ÁFRICA (250 a.C.)



Fonte: Elaborado com base em ADE AJAYI, J. F.; CROWDER, M. *Historical Atlas of Africa*. Essex: Longman, 1985; BLACK, J. *World history atlas*. London: Dorling Kindersley, 2008; SMITH, S. *Atlas de L'Afrique. Un continent jeune, révolté, marginalisé*. Paris: Autrement, 2005.

ÁFRICA (SÉCULO III d.C.)

**Africa: confluência de religiões**

Formou-se no Egito umas das primeiras experiências de **monoteísmo**, de que se tem notícia na história da humanidade. Por volta do século XIV a.C., subiu ao trono um jovem faraó chamado Amenotep IV, responsável por uma reforma religiosa que abalou o Império egípcio. Amenotep IV instituiu a crença na existência de um único deus, o deus Aton, que significava "disco solar". O faraó posteriormente mudou seu nome para **Akhenaton** ("deus está satisfeito"). Decretou que todos os egípcios, incluindo sírios, palestinos e núbios, que estavam sob o domínio do Egito, adorassem somente ao deus Aton e nomeou-se como o único capaz de interpretar a vontade divina. Proibiu o culto de todos os outros deuses, até mesmo o do popular Osíris, rompendo, assim, com tradições e costumes milenares. Mas o reinado de Akhenaton durou somente dezessete anos e, depois de sua morte em 1358 a.C., a nova religião foi aparentemente abandonada.

Entre 500 a.C. a 1000 d.C., boa parte do continente sofreu influência das três maiores religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. No Egito, uma próspera comunidade judaica esteve instalada na ilha de Elephantina, no século V a.C. No período macedônico, os judeus ocuparam dois grandes bairros na cidade de Alexandria.

À medida que o comércio se desenvolvia no período greco-romano, os mercadores judeus se espalhavam pelo interior das planícies centrais da África do Norte. Posteriormente, quando os povos Berbere passaram a criar camelos e desenvolveram rotas pelo interior do deserto, os comerciantes judeus se estabeleceram onde as caravanas transafricanas tinham seus pontos de encontro.

Enquanto o judaísmo aparecia como uma religião das rotas de comércio, o cristianismo foi também uma religião de agricultores estabelecidos no campo. Quando o Egito foi submetido pelos romanos, a aceitação do cristianismo como religião oficial do Império Romano contribuiu para a propagação da nova religião nas províncias africanas.

A partir do Egito, o cristianismo se expandiu para o sul, pelo curso do Nilo, por volta do século V d.C. Para além das fronteiras do Egito, nos planaltos etíopes, o rei de Axum tornou-se o primeiro a se converter ao cristianismo, mas oascimento lendário desse reino se reporta ao judaísmo.

Segundo a tradição, a poderosa rainha de Sabá, cujos domínios se estendiam dos planaltos etíopes, Sudão, Arábia, Síria até as regiões da Índia, foi a Jerusalém a convite do rei Salomão. Lá estabeleceram relações comerciais. A rainha controlava o comércio de ouro, marfim, ébano, pedras preciosas, óleos e especiarias.

Logo que voltou para seu reino, a rainha teria tido um filho, a quem deu o nome de Menelique. Menelique teria sido educado sob as leis de Moisés e teria retornado ao Reino de Axum com uma réplica da Arca da Aliança do Grande Templo de Jerusalém.

Por volta do século III d.C., através de seu porto de Adulis, o Reino de Axum teve por algum tempo poder suficiente para alargar seus domínios no mar Vermelho até o lêmen. Os comerciantes árabes faziam de Adulis o principal porto do mar Vermelho e do oceano Índico desde o século III a.C., para o comércio com os gregos de Alexandria, cuja presença introduziria o cristianismo no reino. No século IV d.C. o reino alcançou o auge de seu poder e converteu-se ao cristianismo.

No século V d.C., a cristandade do Império Romano na África sofreu uma grande investida. Povos vândalos cruzaram o Estreito de Gibraltar a partir da Espanha e promoveram uma grande desordem para leste até Cartago, onde estabeleceram um principado que duraria um século.

Mas a expansão da cultura cristã na África foi interrompida com o surgimento e expansão de outro movimento religioso que dominou boa parte do mundo conhecido.

A África e o impacto do Islã

A religião muçulmana esteve presente no continente africano desde 639 d.C., quando os exércitos árabes invadiram o Egito e derrotaram as forças bizantinas. Do Egito avançaram rumo ao ocidente, que seria denominado, a partir de então, Magreb. Com rapidez, a expansão islâmica levou os árabes até o Atlântico. Ao sul, penetraram as savanas, que chamaram de *Bilad Al Sudan*, "o país dos negros". Os muçulmanos descobriram o rico Sudão, dominado pelos povos **Soninké**, cujo soberano tinha sob sua autoridade as regiões desde a curva do rio Níger à embaçadura do rio Senegal. A partir do século XI, a documentação escrita relativa à África ao sul do Saara torna-se cada vez mais abundante.

A prática da religião muçulmana na África alastrava-se entre agricultores, habitantes das cidades, negociantes e nômades. O comércio transaariano foi a chave para um movimento crescente de circulação de pessoas, ideias e práticas religiosas, que, por volta do século XI, começava a afetar todas as partes da África. A religião de Alá chegava

a lugares onde podiam penetrar animais de carga. A peregrinação, por sua vez, fazia com que muçulmanos de diferentes lugares se mantivessem em contato com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos.

A religião muçulmana atingiu a África ocidental através do deserto, mas chegou à África oriental pelas rotas comerciais do oceano Índico. Os mercadores vindos da Arábia e do golfo Pérsico abriram a costa oriental africana ao comércio intercontinental.

Partindo do Egito, o Islã expandiu-se rumo ao Reino de Kush ou à chamada Núbia ("terra do ouro") e em direção ao Sudão oriental. Nesse ponto, os muçulmanos encontraram a resistência dos reinos cristãos, que, durante algum tempo, obstruíram sua marcha sobre o Nilo. Do mar Vermelho, o Islã difundiu-se para o interior, favorecendo a emergência de reinos muçulmanos ao redor dos reinos cristãos.

A luta seria árdua nessa região. A Etiópia iria expressar resistência entre os séculos XII e XV, quando seus soberanos obtiveram o apoio de uma nova força cristã representada por Portugal.



Fonte: Elaborado com base em SMITH, S. *Atlas de l'Afrique*. Paris: Autrement, 2005.

Do século XII ao XVI, a África manteve-se como uma encruzilhada privilegiada do comércio intercontinental. Por outro lado, não menos intensas foram as relações inter-regionais. O Saara era percorrido de norte a sul por grandes caravanas. Entre as savanas sudanesas e as regiões da floresta mais ao sul, do rio Casamance ao golfo do Benin, desenvolveu-se um intenso comércio de cuja existência os árabes pouco suspeitavam. Intercâmbios foram favorecidos pelos deslocamentos das populações e os contatos entre feiras e mercados.

Ao sul do Equador, a influência muçulmana era ínfima. Uma diversidade de formações sociais se desenvolveu em regiões que se estendiam dos grandes lagos até os rios Congo, Zambeze e Limpopo, vastas zonas que quase não sofreram a influência do Islã.

Terras de muitas divindades e de muitos orixás

Se por um lado o continente africano recebia as influências de religiões de palavra escrita, por outro lado grande parte mantinha concepções próprias sobre religiosidade.

Os povos africanos desenvolveram variadas maneiras de experimentar o sagrado, que eram passadas de geração a geração por meio da palavra falada. Trata-se de relações com o sagrado que pressupunham a existência de muitas divindades (**politeísmo**), atribuíam alma às forças da natureza (**animismo**) e transformavam determinados objetos em símbolos ancestrais (**totemismo**).

Os diferentes ambientes – deserto, savana, floresta – influenciaram a cultura de cada povo africano, produzindo um vasto e variável conjunto mítico.

Os Ioruba, por exemplo, a partir da cidade sagrada de Ifé, passaram a cultuar inúmeras divindades, que denominaram **orixás**. Para eles, os orixás são deuses que receberam de Olodummaré ou Olorum, o Ser Supremo, a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e certos aspectos da vida em sociedade. Algumas divindades eram

conhecidas somente em uma cidade ou região, outras eram conhecidas numa grande zona cultural.

Os Ioruba acreditavam que os homens descendiam dos orixás e cada um herdaria de seu orixá as marcas, características, desejos e defeitos. Os orixás amam e odeiam, vivem em constante luta com os outros, defendem seus governos e procuram ampliar seus domínios utilizando-se de artimanhas, intrigas, dissimulações, conquistas amorosas ou traições. Suas histórias fazem parte de poemas cultivados pelos **babalaôs**. As tradições ioruba transpuseram os limites da África e influenciaram diversas práticas religiosas na América desde o século XVI até os dias de hoje.

A África e o início da expansão marítima

O continente africano conheceu zonas de grande desenvolvimento entre os séculos XII e XVI. Entretanto, os europeus, que até então se contentavam com as intermediações e os relatos dos árabes sobre o continente africano, passaram a cobiçá-lo também. De início, procuravam por “cristãos” e “especiarias”.



Fonte: Elaborado com base em BLACK, J. World history atlas. London: Dorling Kindersley, 2008; SMITH, S. *Atlas de África*. Paris: Autrement, 2005.

Seria o início de um longo período no qual não se tomavam apenas as riquezas e as populações africanas, mas a própria história da África. Mais do que a submissão do continente, elaborou-se um discurso que visava subjugar as memórias africanas.

A partir do século XV, os europeus que não conseguiam entrar na África pelo Mediterrâneo contornaram seu litoral, suas bordas. O **Périplo Africano** se constituiu como um desvio em relação ao mundo muçulmano. Esse avanço europeu iria se completar no século XIX.

Atividades

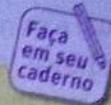
- 1** As pinturas apresentam uma hierarquia. Geralmente, faraós, rainhas e membros da nobreza são retratados com cabeça, quadril, pernas e pés em perfil, enquanto o torso e olhos são retratados de frente. Outros integrantes da sociedade egípcia são retratados geralmente em posições mais naturais e, por vezes, totalmente de perfil. Figuras da realeza são retratadas em posição estática; em contraste, trabalhadores em geral e escravizados são comumente mostrados em ação (colhem uvas, caçam pássaros, aram a terra, tocam e dançam). Independentemente de classe social, as mulheres eram retratadas com a pele mais clara, uma vez que viviam dentro de casa, enquanto os homens, incluindo os reis, eram retratados com pele escura, própria da vida fora de casa. Na cena a seguir são retratados indivíduos de diferentes posições dentro da hierarquia social egípcia: nobres, serviciais e músicos. Com base na observação da imagem, responda:



Cena de banquete. Pintura-mural, Tumba de Nebamun, XVIII dinastia, c. 1400-1350 a.C. (fragmento)

- a) De que maneira os egípcios são retratados? Quais eram suas características físicas?
⇒ DL/H1/H2/H15
- b) De que maneira se organizava a sociedade egípcia? ⇒ DL/H2
- 2** Na década de 1960, em pleno processo de emancipação política das colônias africanas, o professor de

⇒ conforme tabelas das páginas 8 e 9.



História Moderna da Universidade de Oxford, Hugh Trevor-Roper, em uma série de ensaios, sentenciou:

"Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas e as trevas não constituem tema de história. O mundo atual [...] está a tal ponto dominado pelas ideias, técnicas e valores da Europa ocidental que, pelo menos nos cinco últimos séculos, na medida em que a história do mundo tem importância, é somente a história da Europa que conta. Por conseguinte, não podemos nos permitir divertirmo-nos com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exerceram nenhuma influência em outras regiões".

Apud FAGE, J. D. "A evolução da historiografia da África". In: História Geral da África. Metodologia e Pré-História da África. v. I. São Paulo: Ática/Unesco, 1982. p. 51.

- a) O historiador Trevor-Roper nega a existência de uma historicidade própria dos povos do continente africano? Justifique sua resposta.
⇒ DL/CF/H1/H2/H3
- b) Há, nesse trecho, elementos que apontem para uma desqualificação dos povos africanos? Exemplifique. ⇒ DL/H1
- c) A perspectiva de Trevor-Roper pode ser considerada eurocêntrica? Por quê? ⇒ DL/CF/H1/H2

3 Uma operação recorrente inclui a sociedade egípcia, juntamente com a Mesopotâmia e a Palestina, no conceito de **Crescente Fértil**, criado pelo pesquisador estadunidense James Henry Breasted, na década de 1920. Por mais operativo e didático, tal conceito tem claras implicações ideológicas, provocando o esvaziamento da importância da História Africana. Ele não é diretamente eurocêntrico, mas é etnocêntrico.

- a) Qual seria a definição de Crescente Fértil?
⇒ DL/CF/H1/H2/H26/H29
- b) Por que tal conceito provocaria o esvaziamento da importância da História da África?
⇒ DL/H1/H2/H26/H27

2 O feudalismo e a expansão marítima

O feudalismo constituiu-se num sistema social e econômico que se estabeleceu na Europa Ocidental em torno do ano 1000. No topo da escala social, figuravam os **clérigos** e os **nobres**. Os clérigos encarregavam-se da direção espiritual e os nobres possuíam a direção militar da sociedade medieval. Ambos eram sustentados pela posse de terras e pelo trabalho agrícola dos **camponeses**. Quanto maior fosse a capacidade militar de um nobre, maior a possibilidade de conquistar mais terras. A guerra era, portanto, uma forma regular de atividade econômica.

Em função disso, no interior da nobreza desenvolveram-se relações de subordinação pessoal e compromissos militares recíprocos. Desde o século IX, através de um acordo denominado contrato feudo-vassálico, nobres poderosos cediam a outros guerreiros alguns benefícios, em geral terras, para que pudessem garantir seu sustento e sua condição social, em troca de auxílio militar. O nobre que cedia o bem (**feudo**) passava a ser designado de **suserano**. Aquele que recebia o feudo e obrigava-se a prestar auxílio militar a seu suserano, chamava-se **vassalo**.

Abaixo dessas duas ordens figuravam todos os **trabalhadores** (servos, artesãos, pequenos camponeses e comerciantes), social e politicamente submetidos aos detentores de terras. Formavam a imensa maioria da população e eram encarregados das atividades manuais necessárias à sua sobrevivência e ao sustento da nobreza e do clero.

Com a difusão das relações feudo-vassálicas, o poder do rei enfraqueceu. Cada senhor feudal comportava-se como se fosse rei em suas terras, exercendo funções políticas, jurídicas e administrativas. Apesar de ser considerado o senhor de todos os senhores, o monarca era apenas mais um senhor feudal. Na prática, seus poderes restringiam-se aos seus domínios. Assim, o poder político na maior parte do período medieval apresentou-se fragmentado e descentralizado.

A partir do século XI, uma verdadeira ofensiva clerical, denominada **Reforma Gregoriana**, procurou estabelecer claramente as fronteiras sociais entre os clérigos e os leigos. A reforma baseava-se na ideia da existência de uma **autoridade espiritual** (papado) que seria superior aos **poderes temporais** (império, monarquias e principados). Ou seja, a ideia de uma **soberania espiritual** que deveria submeter os poderes políticos; maior rigor com relação ao **celibato clerical**; combate à **simonia** (venda de objetos e funções sagradas) e controle sobre a **investidura** dos bispos foram as principais características dessa ofensiva.

O senhorio

O senhorio (ou domínio) era o tipo predominante de organização econômica durante a Idade Média. A economia

tendia à **autossuficiência**. Ou seja, cada senhorio produzia todos os itens necessários à sobrevivência humana: alimentação, vestuário, armamentos e demais utensílios. Os senhorios dividiam-se em três partes:

- **A reserva senhorial:** onde se localizavam os principais terrenos cultiváveis (cuja obrigação servil era denominada **corveia**); os moinhos para a moagem dos grãos e os celeiros para a sua estocagem; as oficinas artesanais: os fornos; os estábulos e o castelo que servia de moradia para o possuidor do senhorio e de proteção para os trabalhadores.
- **O manso servil:** dividido em pequenos lotes de terra denominados **mansos**. Cada unidade era concedida a uma família de camponeses que devia, por essa concessão, uma série de obrigações ao senhor do domínio, como a entrega de parte da produção realizada no manso servil (**talha**).
- **As terras comunais:** de uso comum ao senhor e aos camponeses, eram áreas destinadas à pastagem dos animais, com pequenos bosques, de onde se retirava lenha e onde se praticava a caça.

As cidades

Apesar da tendência à autossuficiência dos senhorios, as atividades mercantis nunca cessaram completamente. As trocas efetuavam-se em feiras estabelecidas, em geral, nas proximidades de castelos. Restritas a determinados locais e de frequência irregular, as transações comerciais garantiam o abastecimento de gêneros fundamentais não produzidos em todas as regiões – como sal e metais – ou então de artigos de luxo consumidos pela aristocracia. A partir do século XI, com o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas e com um significativo crescimento demográfico, as trocas ocasionais começaram a tornar-se mais frequentes e transformaram alguns pontos de encontro de comerciantes em locais permanentes de transações comerciais: as cidades. Além de verdadeiras aglomerações de comerciantes, as cidades desenvolveram os diversos ramos do artesanato e uma série de serviços para receber e alojar os negociantes. Esse conjunto de transformações é designado como **expansão feudal**.

Encravadas no mundo feudal e resultantes do desenvolvimento dessa economia, as cidades acabaram por acelerar as alterações sociais do período. A vida urbana atraía parcela dos trabalhadores rurais, estimulando a fuga de servos e o estabelecimento de artesãos. O trabalho assalariado começava então a desenvolver-se, minando um dos pilares da sociedade feudal.

Os muçulmanos e as Cruzadas

Fundada por Maomé no século VII, a religião muçulmana faz parte de uma tradição religiosa monoteísta iniciada com o judaísmo e continuada pelo cristianismo. Segundo o seu livro sagrado, o *Corão*, Deus teria tornado Maomé seu apóstolo e o encarregado de pregar aos árabes em seu nome. Os princípios da doutrina são muito semelhantes aos da tradição judaico-cristã: monoteísmo; onipotência, onisciência e onipresença de Deus (Alá); iminência do Juízo Final e a recompensa do Paraíso para os fiéis. As regras do culto são bastante simples. O crente deve realizar preces, dar esmolas, praticar jejum e peregrinar à cidade de Meca, onde se encontra o principal santuário islâmico. “Não há outro Deus senão Alá e Maomé é seu profeta”, é a sentença máxima da religião muçulmana, que foi um elemento de coesão e unificação das diversas tribos de beduínos e comunidades sedentárias árabes. A guerra contra os pagãos (politeístas) e infiéis (judeus e cristãos) serviu como incentivo às conquistas e canalizava as tensões sociais para fora de seus domínios, que levou o Islã a se estender até a península Ibérica no século VIII.

Nesse processo de expansão, a Palestina, região mais sagrada para os cristãos, caiu sob o domínio muçulmano desde o século VII. Muitos cristãos dirigiam-se à Terra Santa para conhecer e adorar a região onde Cristo teria vivido. Outros, participantes de verdadeiras peregrinações armadas, as **Cruzadas**, procuraram conquistar pela força das armas os lugares considerados sagrados pela fé.

Além da intensa religiosidade vivida pelo homem medieval, uma série de outras motivações esteve por trás das expedições armadas à Terra Santa, realizadas entre os séculos XI e XIII. Controle das rotas do comércio Oriental, conquista de terras e riquezas, possibilidade de fortalecimento do poder dos monarcas feudais; ampliação do poder da Igreja. As Cruzadas exportavam, para além das fronteiras da cristandade, duas fontes de tensão social. A primeira dizia respeito às camadas empobrecidas e marginalizadas, capaz de envolver-se em revoltas populares e heresias. A segunda fonte de tensão era provocada por representantes da pequena nobreza desprovidos de terras, ou de poucos recursos, que viviam da pilhagem a senhorios e do assalto a comunidades camponesas.

A Reconquista Ibérica

A partir do século XI, a descoberta de restos mortais atribuídos ao apóstolo São Tiago teve notável repercussão em toda a cristandade e decisiva importância para a história ibérica. Santiago de Compostela, como passou a ser chamada a localidade, atraía anualmente milhares de peregrinos de todos os cantos da Europa. A proximidade dos domínios mulçumanos aumentava os perigos e a importância das peregrinações. Cavaleiros cristãos dirigiam-se também à região, ampliando o contingente militar con-

tra os “infiéis”. Uma **guerra santa**, semelhante às **Cruzadas**, era travada em solo ibérico. No caminho até Santiago, diversas outras pequenas localidades receberam um novo impulso econômico. O comércio e os serviços urbanos ampliavam-se para atender os peregrinos. A população cristã cresceu, fixando-se em áreas até então desocupadas. A Reconquista representou, para a península Ibérica, uma **primeira expansão feudal**.

A centralização monárquica

A Reconquista trouxe importantes consequências para a organização das sociedades ibéricas. Do ponto de vista político, o poder foi centralizado pelos monarcas, sobretudo no caso de Portugal e Castela. Dispondo de novas terras que podiam conceder a seus vassalos, os monarcas ibéricos controlaram o poder da alta nobreza e obtiveram a fidelidade de cavaleiros e membros da pequena nobreza. Gradativamente, os reis foram esvaziando as atribuições da aristocracia, transformando os vassalos em súditos e assumindo a condução das questões jurídicas e administrativas. Ao contrário do que ocorria em outras partes da Europa, no feudalismo ibérico o rei deixava de ser apenas mais um senhor feudal.

Ao final do século XIII, Portugal tinha completado a conquista de seu território e já apresentava avançados traços de centralização política. No restante da península, os reinos cristãos procediam a uma série de fusões, por meio de casamentos, que culminariam na criação da Espanha, com a união das monarquias de Castela e Aragão no século XV. Começava a surgir o **Estado moderno**, pioneiramente na península Ibérica, em Portugal e depois em Castela.

A expansão marítima

A expansão marítima realizada pelos europeus nos séculos XV e XVI foi um dos acontecimentos mais importantes da história universal. Pela primeira vez, os destinos particulares dos povos das mais diferentes regiões do planeta passaram a estar integrados numa história comum, verdadeiramente universal. Os oceanos que isolavam os continentes tornaram-se a principal via para o transporte de pessoas, mercadorias e culturas. Economias de diversas partes do mundo começavam a articular-se numa grande rede de negócios e transações montada a partir da Europa: uma economia mundial. Davam-se os primeiros passos do sistema capitalista, que hoje conhecemos e sob cujas regras vivemos.

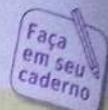
Em 1415, o próprio rei d. João comandava uma expedição ao norte da África contra os muçulmanos de Ceuta, dando início à **expansão marítima portuguesa**. Ao mesmo tempo em que abria uma nova fase da história europeia, a aventura marítima retomava as motivações básicas da Reconquista e das Cruzadas de tempos passados: combater em nome da fé e obter mais terras e riquezas. Por isso, pode-se entender a expansão marítima como uma **segunda expansão feudal**.

O rico comércio das especiarias e as informações sobre as maravilhas orientais estimulavam os portugueses. Como os mercadores genoveses e venezianos exerciam o monopólio da rota mediterrânea, restava ao reino português procurar caminhos alternativos, explorando a costa ocidental da África.

As viagens marítimas tornaram-se desde cedo um empreendimento do Estado. A cargo do infante d. Henrique

ficou a organização de expedições para o litoral africano. Marinheiros, matemáticos e cartógrafos de diversas partes do mundo foram reunidos pelo infante para viabilizar as explorações marítimas na localidade de Sagres. O desenvolvimento dos conhecimentos cartográficos, bem como das embarcações e de novas técnicas e instrumentos de navegação, foram permitindo o avanço dos portugueses em direção ao sul do continente africano.

conforme tabelas das páginas 8 e 9.



Atividades

- 1** O texto abaixo é um documento medieval atribuído a Afonso X, monarca de Castela e Aragão durante o século XIII. Nesse documento estão descritas algumas das características da relação feudo-vassálica nesses reinos. Leia-o com atenção e depois responda às questões propostas:

"Feudo é o benefício dado pelo senhor a algum homem porque se tornou seu vassalo, lhe fez homenagem de ser-lhe leal, tomou este nome de fé que deve o vassalo guardar ao senhor. São duas as formas de feudo; uma é a outorga, uma vila, ou castelo, ou outra coisa que se constitua um bem de raiz e este feudo não pode ser tomado do vassalo a não ser se falecer o senhor com o qual tratou ou se fizer algum erro pelo qual o deva perder [...] Outra maneira é o chamado feudo de

câmara; este se faz quando o rei doa maravedis a algum vassalo seu, todo ano em sua câmara, e este feudo pode o rei cancelar quando quiser".

Maravedis: moeda castelhana no período medieval.

Afonso X, o Sábio. "Las Siete Partidas". In: PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média. Textos e testemunhas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 97-98.

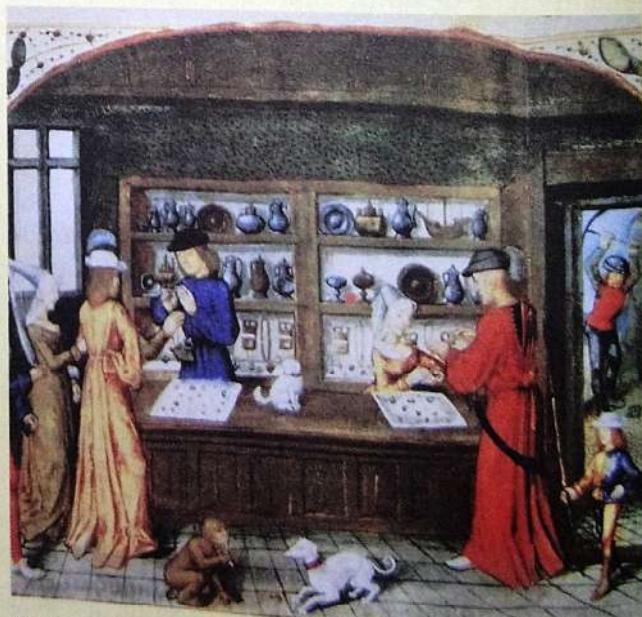
- 2** Analise as imagens abaixo e depois responda às questões propostas:



MUSEU CONDÉ, CHÂTEAU DE CHANTILLY, FRANÇA

O mês de março, Barthélemy van Eyck.
Iluminura extraída do manuscrito *As mui ricas horas do Duque de Berry*, 1416-1440.

- a) Quais são as atividades econômicas retratadas em cada uma das imagens? DL/H1/H2
b) Em que tipo de ambientes tais atividades se desenrolam? DL/H1/H2



BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS, FRANÇA

Marido e esposa trabalham no comércio de ouro, anônimo. Iluminura, século XV. (detalhe)

- c) Considerando essas imagens, como se pode caracterizar o feudalismo do ponto de vista econômico? Justifique sua resposta.
 DL/CF/H1/H2/H16/H19

3 As reformas religiosas

Críticas à Igreja de Roma e ao comportamento do clero já haviam se manifestado em vários momentos da época medieval. Mas no início do século XVI, tais críticas levaram à divisão da cristandade ocidental e ao aparecimento de diversas outras práticas religiosas normalmente definidas como **protestantes**.

Enquanto na península Ibérica as relações entre a Igreja e as monarquias se intensificaram, em outras partes da Europa, as tensões religiosas e políticas chegaram a culminar num rompimento completo. Em ambos os casos, no entanto, os Estados monárquicos mostravam-se mais fortes que o papado. A religião passava a se constituir num instrumento das monarquias.

A Reforma Protestante e as críticas à Igreja

A Reforma Protestante é um dos marcos para o início da Idade Moderna. O movimento, marcado por severas críticas à Igreja, rompeu a unidade cristã em torno da Igreja de Roma na Europa Ocidental.

Em determinadas regiões da Europa, burgueses, reis e nobres tinham seus interesses contrariados pelo poder eclesiástico: a burguesia via-se limitada pela condenação da usura; os monarcas desejavam apropriar-se das rendas da Igreja e transformar a religião num instrumento de centralização política; os nobres confrontavam-se com os religiosos a respeito de terras e arrecadação de tributos e pelo exercício de determinados privilégios.

De outra parte, criticava-se a infalibilidade papal – dogma que considera o papa sempre correto quando delibera sobre a fé – e também a venda de cargos e relíquias sagradas. Mas o alvo que desencadeou a ruptura foi a venda de **indulgências**, perdão pelos pecados cometidos. Para a Igreja, os que oravam, compareciam à missa e realizavam boas obras, inclusive doações de dinheiro à instituição, recebiam o indulto. Tais doações causavam a má impressão de que as pessoas estavam, literalmente, comprando sua entrada no Céu.

Para **Martinho Lutero** (1483-1546), a fé, dada gratuitamente por Deus através de Cristo, proporcionaria a salvação. Lutero questionava a ideia da venda de indulgências por implicar uma prática corrupta e também por considerá-la frágil do ponto de vista teológico. Como a salvação poderia ser conseguida por meio de boas ações? No centro da argumentação de Lutero estava a convicção de que o ser humano alcançaria a salvação pela sua fé pessoal. Enquanto a Igreja sustentava que só o clero – intermediário entre os seres humanos e Deus – podia interpretar adequadamente a *Bíblia*, Lutero dizia que, para descobrir seu sentido, não era necessária a ajuda de padres. Segundo

ele, em questões de fé, não havia diferença entre padres e leigos. Todos podiam receber sua fé diretamente de Deus. Em 1517, Lutero escreveu as **95 teses** manifestando sua oposição às posturas da Igreja.

O papa respondeu ameaçando Lutero de excomunhão, através de uma bula (carta pontifical de caráter solene). Lutero replicou destruindo a bula em praça pública. Excomungado pelo papa, não restava a Lutero outra alternativa senão esconder-se para não ser preso. Nesse tempo de reclusão, cerca de um ano, traduziu para o alemão o *Novo Testamento* e estabeleceu os princípios fundamentais do **luteranismo**: aboliu a confissão, considerada obrigatória pelos católicos, o jejum, o celibato clerical, o culto aos santos e estabeleceu a livre interpretação da *Bíblia*.

O anglicanismo

Em 1527, o rei inglês Henrique VIII solicitara do papa a anulação de seu primeiro casamento, de maneira que pudesse casar-se novamente. A recusa de Roma foi utilizada como pretexto para o rompimento com o papa e o estabelecimento de uma Igreja independente na Inglaterra. A implementação do **anglicanismo** significou a submissão da Igreja ao poder do monarca. Em 1534, foi aprovado na Inglaterra o **Ato de Supremacia**, que transformava o rei no chefe supremo da Igreja da Inglaterra, retirando do papa de Roma o controle e o poder sobre os eclesiásticos ingleses.

Ao longo do século XVI, o anglicanismo apresentou-se como uma combinação de elementos católicos e protestantes, que variava de acordo com os reis e rainhas que ocupavam o trono inglês. Por fim, estabeleceu-se o celibato voluntário dos sacerdotes, a manutenção do batismo e da eucaristia como sacramentos, a supremacia das Escrituras Sagradas, a celebração das missas em inglês, e a condenação da venda de indulgências e do culto das relíquias.

O calvinismo

Em 1533, o monge francês **João Calvino** (1509-1564) conheceu o luteranismo e converteu-se. Perseguido na França católica por suas posições religiosas, buscou refúgio em Genebra. Bem recebido, Calvino estabeleceu na cidade uma religiosidade na qual a Igreja regularia a vida política e social dos cidadãos.

Calvino instituiu uma disciplina social aprovada pelos comerciantes que governavam a cidade. As atividades econômicas foram particularmente beneficiadas, liberadas do preceito religioso de pecado, e a cobrança de juros, prática condenada pela Igreja Católica, foi consentida.

Os calvinistas foram chamados de **huguenotes** na França e **puritanos** na Inglaterra. Após a morte de Calvin, seus seguidores foram, lentamente, tornando a **predestinação** algo crucial e estabelecendo parâmetros lógicos para uma pessoa reconhecer os sinais de Deus. O trabalho passou a ser visto como uma vocação divina, e o sucesso decorrente dele, um sinal da predestinação. O que levou muitos teóricos a considerar o calvinismo a religião do capitalismo, por não condenar o comércio, o empréstimo a juros e valorizar o trabalho.

a proibição do casamento para padres e freiras e a validade das práticas piedosas e da participação nos sacramentos para a salvação da alma (batismo, crisma, eucaristia, matrimônio, confissão, ordem, extrema-unção). Além disso, estabeleceu o **Tribunal do Santo Ofício (Inquisição)**, órgão responsável por julgar atos dos católicos considerados contrários à fé e que tinha sido instituído pelo papa Gregório IX no século XII. Além disso, a Igreja católica elaborou o **Index librorum prohibitorum**, uma lista de livros proibidos, cujos exemplares eram retirados de circulação e queimados e cujos autores eram encaminhados a julgamento.

Outro instrumento importante da Reforma Católica foi a **Companhia de Jesus**, fundada em 1534 pelo espanhol **Inácio de Loyola** (1491-1556). Seus membros, os **jesuítas**, seguiam uma rígida disciplina, que lembrava a das organizações militares, e destacaram-se por seu papel missionário na América, África e Ásia, e pela ação educativa desenvolvida em seus colégios.

Outra marca fundamental da Reforma Católica foi a manutenção da presença das imagens nas igrejas. Enquanto na cultura protestante a pintura religiosa era proibida, as imagens católicas valorizavam a dramatização da fé.

A disputa por fiéis levou, ao longo do século XVI, os cristãos de diferentes correntes a se envolverem em guerras, que, além das motivações religiosas, traziam à tona as divergências entre os grupos sociais (burgueses, camponeses, nobres e clérigos), bem como os interesses expansionistas e comerciais dos Estados europeus. Foi o período das chamadas **guerras de religião**.



Fonte: Elaborado com base em DUBY, G. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987.

A Reforma Católica ou a Contrarreforma

Com a Reforma Protestante, que retirou do controle da Santa Sé milhares de seguidores na Inglaterra, França, atual Alemanha, Holanda e diversas outras partes da Europa, o poder pontifício apoiou-se fundamentalmente sobre Espanha e Portugal. A vinculação entre a Igreja de Roma e as monarquias ibéricas ampliou-se no decorrer do século XVI.

Em parte como resposta ao movimento protestante, mas também atendendo à necessidade de adaptação aos novos tempos e de correção de algumas condutas, a Reforma Católica (Contrarreforma) constituiu um movimento de reformulação doutrinal e administrativa no interior da Igreja. Pela ótica católica, era preciso combater a heresia protestante e impedir sua proliferação no continente europeu, e, além disso, reafirmar os dogmas da Igreja e estabelecer a vigilância sobre as práticas religiosas dos fiéis.

Essa nova orientação foi estabelecida pelo **Concílio de Trento**, assembleia de religiosos que se reuniu de 1545 a 1563. O concílio manteve o latim como a língua litúrgica e dos textos bíblicos e reafirmou a infalibilidade do papa,

Guerras de religião

Nesse quadro, François Dubois representa o massacre iniciado em Paris em 24 de agosto de 1572 e que se estendeu por meses por diversas cidades francesas. Calcula-se que mais de 30 mil calvinistas franceses tenham sido mortos nesses conflitos que foram planejados pelo poder monárquico e acabaram por acentuar o ódio entre católicos e protestantes.



O massacre do dia de São Bartolomeu, François Dubois. Óleo sobre madeira, 1574. (detalhe)

Atividades

- 1 Leia quatro das 95 teses propostas por Lutero:
21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.
 27. Pregam doutrina mundana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando.
 33. Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Ele.
 52. Vá é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.

Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm. Acesso em: 12 abr. 2016.

- a) Que posição Lutero assume em relação às indulgências? DL/CF/H1/H2
- b) Analise duas características do luteranismo.
 DL/CF/H1/H2
- 2 Ao longo da história, criou-se uma controvérsia sobre como se relacionam o Calvinismo e o capitalismo. A discussão popularizou-se a partir do estudo do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) intitulado *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicado em 1904-1905.

Weber concluiu que a religião exerce uma profunda influência sobre a vida econômica. Mais especificamente, ele afirmou que o calvinismo foi um fator essencial no desenvolvimento do capitalismo do norte da Europa e dos Estados Unidos.

Ele partiu da constatação de que, em certos países da Europa, um número desproporcional de protestantes estavam envolvidos com ocupações ligadas ao capital, à indústria e ao comércio. Além disso, algumas regiões de fé calvinista ou reformada estavam entre aquelas onde mais floresceu o capitalismo.

Muitos discordaram da tese de Weber argumentando que o fator econômico era determinante de todas as estruturas sociais e culturais, inclusive a religião, ou seja, o desenvolvimento capitalista é que teria gerado as condições para o surgimento do calvinismo.

Leia com atenção um trecho da obra de Max Weber:
“[...] o calvinismo é, precisamente, a primeira ética cristã que deu ao trabalho um caráter religioso.

conforme tabelas das páginas 8 e 9.



Anteriormente, o trabalho fazia parte das atividades pertencentes à vida material; ele se impunha porque, de uma forma ou de outra, não se podia dispensá-lo; mas, como atividade temporal, nenhuma relação tinha com a salvação eterna ou com a vida espiritual. Para o calvinismo, ao contrário, o trabalho, considerado uma vocação, torna-se atividade religiosa. Importa trabalhar, custe o que custar, haja ou não necessidade de prover seu sustento, porque trabalhar é uma ordem de Deus”.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

São Paulo: Pioneira, 1996. p. 53.

- a) Enumere elementos do calvinismo que sirvam para justificar a tese de Weber. DL/CF/H1/H2
- b) Agora, enumere elementos que justifiquem a posição daqueles que defendem que o desenvolvimento do capitalismo teria gerado o calvinismo. DL/CF/H1/H2/H4

- 3 Na escultura abaixo, o artista Bernini retratou Santa Teresa (1515-1582), fundadora de vários mosteiros. Santa Teresa tinha visões e experiências místicas repletas de dor, emoção e fervor religioso. Procure interpretar a escultura com base nas ideias da Reforma Católica. DL/CF/CA/H1/H2



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES/CAPELA CORNARO, SANTA MARIA DA VITÓRIA, RÔMIA, ITÁLIA

Extase de Santa Teresa, Gian Lorenzo Bernini. Escultura em mármore, 1646.

- 4 No contexto da Reforma Católica, qual o papel da Companhia de Jesus? DL/H1/H2/H11
- 5 Qual a posição do Concílio de Trento em relação aos dogmas católicos? DL/CF/H1/H2

4 O absolutismo

Desde o século XIV, à medida que o prestígio do papado diminuía, ocorria o fortalecimento dos poderes monárquicos. O poder político, que estivera subordinado ao poder espiritual ao longo da Baixa Idade Média, desvincilhava-se gradativamente. Esse processo se caracterizou pela **subordinação dos poderes eclesiásticos aos poderes monárquicos**.

Os monarcas passaram a interferir nas questões religiosas, legislativas, administrativas e judiciais. Os reis escolhiam seus colaboradores. Nomeavam bispos. Distribuíam rendas e privilégios. Concediam títulos de nobreza. Definiam sentenças judiciais. Formulavam leis e declaravam guerra a outros reinos.

Em torno dos monarcas havia uma verdadeira centralização de funções e atribuições. Para completar, a natureza do poder absolutista era considerada divina e os monarcas apresentavam-se como representantes de Deus na Terra e como possuidores de uma verdadeira missão espiritual.

Os Estados absolutistas

Sob diversos aspectos, o aparecimento dos Estados absolutistas revelam transformações nas antigas monarquias feudais. Com a existência das chamadas relações de suserania e vassalagem, que criavam redes de compromissos no interior da nobreza, o poder monárquico era, na verdade, mais um poder simbólico que um poder efetivo. A partir do final do século XVI em Portugal, Castela, França e Inglaterra, além de outros Estados europeus, os monarcas haviam se tornado a própria expressão do poder.

As alterações se processaram em momentos diferentes, conforme as características históricas de cada região europeia. Na península Ibérica, a chamada **Reconquista** (séculos XI-XV) contribuiu para a centralização política dos reinos de Portugal e Castela. Na França, a **Guerra dos Cem Anos** contra a Inglaterra (1337-1453) e as **Gueras de Religião** (século XVI) permitiram o enquadramento e a subordinação do clero e da nobreza. Na Inglaterra, a mesma Guerra dos Cem Anos, a **Guerra das Duas Rosas** (1455-1489) e a **Reforma Anglicana** (século XVI) também enfraqueceram a nobreza e o clero e permitiram o avanço do poder monárquico. Em todos os casos, ocorria a transformação dos antigos vassalos em súditos, evidenciando o poderio dos Estados absolutistas.

Os principais elementos constitutivos desses Estados foram:

- A montagem de **exércitos permanentes** em lugar dos pequenos e aristocráticos exércitos medievais.

- A constituição de um corpo de funcionários também permanente (**burocracia estatal**).
 - A implementação de um **sistema fiscal e tributário**, a **padronização de pesos e medidas** e o estabelecimento de **moedas nacionais** que facilitavam as transações econômicas e permitiram a constituição de um **mercado nacional unificado**.
 - A forte intervenção do Estado na economia, orientado pelo conjunto de ideias e práticas **mercantilistas**.
 - A **codificação do direito**, o que permitia a aceleração da passagem de uma legislação baseada nos costumes e na tradição para um conjunto de leis escritas a serviço da centralização do poder.
 - A **padronização dos idiomas nacionais** e o estabelecimento das primeiras regras gramaticais das línguas vulgares (português, castelhano, inglês, francês etc.).
- Todos esses aspectos parecem apontar para a vinculação entre os Estados absolutistas, o capitalismo e os interesses da burguesia. No entanto, há que se pensar a respeito da **natureza social** do Estado absolutista. A nobreza e o clero continuavam a ser as classes dominantes, como haviam sido durante o período medieval. A dominação social residia na posse da terra e na produção de tipo feudal, baseada na exploração dos campões/servos.

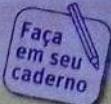
A centralização política não alterou as bases dessa dominação. Pelo contrário, o Estado absolutista permitiu maior controle social sobre a massa camponesa, tornando-se eficiente para reprimir revoltas populares por meio dos seus exércitos e, por meio da Inquisição, controlar comportamentos inadequados. Os principais cargos e funções eram ocupados pela aristocracia. Ela forneceu os quadros para a burocracia monárquica. Integrantes do mundo urbano e da burguesia também compunham a burocracia absolutista, mas não se tornaram o grupo dominante desses Estados.

Por tudo isso, alguns autores classificaram o Estado absolutista como **um aparelho de dominação feudal** alargado e reforçado. De modo que o essencial no processo de centralização política não foi a ascensão da burguesia e, sim, o fortalecimento da aristocracia feudal.

Não significa dizer que o Estado não tenha permitido o desenvolvimento das atividades mercantis e manufaturais. Aliás, as transformações econômicas apontam para um longo processo de transição de uma economia feudal para uma economia capitalista. Processo que só se concluiria na passagem do século XVIII para o XIX, com o surgimento da sociedade industrial.

Atividades

• conforme tabelas das páginas 8 e 9.



- 1 A interpretação do passado é cheia de polêmicas. Em torno do absolutismo, visões distintas alimentaram discussões acaloradas.

Para o sociólogo grego Nicos Poulantzas (1936-1979), “[...] do ponto de vista do Estado, o estágio inicial da transição do feudalismo para o capitalismo consiste no fato de comportar um Estado com traços marcadamente capitalistas”.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 204.

- a) Que características do absolutismo justificariam a posição de Poulantzas? • DL/CF/H1/H2

O historiador inglês Perry Anderson (1938-) discorda da posição de Poulantzas. Leia o trecho com sua posição:

“Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional [...]: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.”

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Trad. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 18.

- b) Qual a discordância de Anderson em relação a Poulantzas? • DL/CF/SP/H1/H2/H4
c) Que características do absolutismo justificariam a opinião de Anderson? • DL/CF/H1/H2

- 2 A centralização favoreceu a forte intervenção estatal da economia, característica central do que chamamos de **mercantilismo**. Leia o texto abaixo sobre o tema.

“A definição mais aceita de mercantilismo informa que esse termo compreende um conjunto de ideias e práticas econômicas dos Estados da Europa ocidental entre os séculos XV, XVI e XVII voltadas para o comércio, principalmente, e baseadas no controle da economia pelo Estado. Mercantilismo dá nome, nesse sentido, às diferentes práticas e teorias econômicas do período do absolutismo europeu.”

Mas tal conceito não existiu no período mesmo que chamamos de mercantilista. Na verdade, a palavra mercantilismo só começou a ser usada pelos economistas clássicos do final do século XVIII para se referir às rígidas práticas de intervenção do Estado na economia, práticas que eles consideravam danosas e às quais faziam severa oposição. Assim, o mercantilismo não existiu como um conjunto coeso de ideias e práticas econômi-

cas, nem como grupo de pensadores da economia com uma filosofia comum. De fato, sob a definição de mercantilismo foram reunidos pelos críticos diferentes autores e diferentes políticas econômicas, com pouco em comum a não ser o fato de pertencerem a países absolutistas.

As teorias e práticas mercantilistas estão inseridas no contexto da transição do Feudalismo para o Capitalismo, possuindo ainda características marcantes das estruturas econômicas feudais e já diversos fatores que serão mais tarde identificados com características capitalistas, não sendo nenhum dos dois sistemas, no entanto. O termo mercantilismo define os aspectos econômicos desse processo de transição. Se o mercantilismo tem sua contraparte política no Estado absoluto, no campo social tem relação com a estrutura social comumente conhecida como sociedade do Antigo Regime. [...]

Muitas vezes, a definição de mercantilismo vem acompanhada de um esboço das principais práticas do período, como o metalismo, a balança comercial favorável e o protecionismo. Mas devemos ter cuidado com o anacronismo ao abordar essas práticas. O metalismo, por exemplo, é definido frequentemente como uma concepção que atrelava a riqueza de um Estado à quantidade de metais preciosos por ele acumulado. Mas o metalismo, que como prática econômica predominou sobretudo na França e na Espanha do século XVI, dificilmente queria dizer que riqueza era igual à moeda acumulada. As concepções metalistas [...] interpretavam a moeda como um meio para obter riqueza em terras e em títulos, não a riqueza financeira em si. Para a mentalidade capitalista, moeda e riqueza são sinônimos, mas não para a mentalidade barroca do Antigo Regime. Essa diferença pode parecer sutil, mas é a distinção entre interpretar as práticas em seu significado original, ou atribuir-lhes significados que elas nunca tiveram, e estão mais em consonância com nossa realidade atual. [...]

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 283-284.

- a) De que forma se institui o nome mercantilismo? • DL/CF/H1/H2
b) Retire do texto as principais características do mercantilismo. • DL/H1/H2
c) Explique a ressalva feita ao metalismo.
• DL/CF/H1/H2

5 A América e a escravidão

A unidade produtiva predominante nos domínios espanhóis e portugueses na América foi denominada **plantation**. Produção em larga escala, latifúndio, trabalho escravo e monocultura formaram os quatro elementos básicos dessa estrutura econômica que se espalhou pelo continente e alterou profundamente a história dos povos americanos e africanos.

A América Espanhola

A história da conquista dos povos americanos foi escrita com brutal violência. Para a exploração da mão de obra indígena, os espanhóis usaram um sistema que tinha suas raízes na Reconquista: a **encomienda**. Na América, o **encomendero** tornava-se beneficiário do trabalho forçado dos nativos em troca de, em princípio, prestar-lhes assistência religiosa e material. Os nativos eram entregues à Coroa espanhola ou aos colonos para trabalharem obrigados nos campos, nas minas e nas casas, devendo dedicar boa parte de seu tempo para atender às exigências dos seus senhores.

Na região do Peru, os **encomenderos**, normalmente residentes nas cidades, recebiam do **kuraqa** (chefe indígena) um grupo de nativos para a prestação de serviços durante três meses ao longo do ano. Essa obrigação, denominada **mota**, consistia em efetuar tarefas e trazer produtos ao **encomendero**. Teoricamente, os nativos estavam prestando um serviço semelhante àquele a que se submetiam à época do Império Inca.

O controle sobre os impérios Asteca e Inca propiciou, além da exploração agrícola, o acesso às abundantes minas de ouro e prata que enriqueceram a Coroa espanhola e sustentaram sua empresa colonial. À medida que a mortalhade afetava a população nativa (primeiro nas Antilhas e depois no resto do continente), os espanhóis passaram a introduzir escravizados africanos.

A América Portuguesa

A Coroa portuguesa iniciou sua política de povoamento para garantir a defesa do território americano, dar sustentação ao escambo do pau-brasil e empreender a descoberta de metais e pedras preciosas. A intensificação do plantio de cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento da ocupação lusitana. A produção de açúcar atraiu portugueses que formaram os primeiros núcleos populacionais. Até o século XVI, a **escravidão indígena** foi amplamente empregada nos engenhos de açúcar. Nos séculos seguintes, ela continuou a ser utilizada nas capitâncias do Sul e nas regiões do Grão-Pará e Maranhão.

Gradativamente, foram introduzidos negros africanos escravizados, que acabaram por se tornar a mão de obra característica da produção açucareira. Além da resistência indígena, com deslocamentos de tribos para o sertão, fugas e ataques aos portugueses, a decisão repousava nos altíssimos

lucros do **tráfico negreiro** para a metrópole, o que o cativeiro indígena estava longe de oferecer. Como afirmou o historiador Fernando Novais: "Paradoxalmente, é a partir do **tráfico negreiro** que se pode entender a **escravidão africana colonial**, e não o contrário". Mesmo assim, os indígenas continuaram a ser escravizados e a trabalhar nos engenhos, a lado dos africanos, até o final do século XVIII.

Além da lucratividade, a introdução de escravizados africanos foi fundamental para o controle da Coroa portuguesa sobre as terras americanas. Limitar a escravidão indígena e implementar a escravidão africana trouxe resultados mais positivos para o controle metropolitano que a inicial divisão em Capitanias Hereditárias ou até mesmo a instauração do Governo-Geral em 1548. Os colonos e os poderosos da terra estariam subordinados ao domínio metropolitano porque desta dependia o fornecimento contínuo de mão de obra necessária para a produção da América.

Nesse sentido, torna-se mais claro o papel do clero e, em especial, dos jesuítas. Defensores da causa indígena, interessados na direção dos seus braços e das suas almas, os jesuítas foram importantes aliados do Estado português até o século XVIII. Ao condenarem as injustiças cometidas contra os indígenas, ao mesmo tempo que defendiam a entrada de africanos nas terras americanas, os membros da Companhia de Jesus auxiliavam politicamente a Coroa no exercício de seu poder sobre os colonos. A escravidão africana e o tráfico, além de medidas econômicas, eram peças do arsenal político metropolitano para controlar sua Colônia.

A sociedade colonial assentava-se sobre a oposição entre duas classes sociais: senhores e escravos. Todos os demais grupos definiam-se a partir de sua proximidade ou afastamento desse núcleo fundamental. Os homens livres em suas diversas categorias diferenciavam-se pela condição de poderem desfrutar liberdade jurídica.

Os escravizados, pelo contrário, podiam ser propriedade, comprados da mesma forma como se adquire uma ferramenta ou um animal. Tanto seu trabalho quanto sua vontade pessoal pertenciam ao seu proprietário. Como **mercadoria**, podia ser vendido, emprestado, alugado ou doado, de acordo com o desejo de seu senhor. A condição de escravizado transmitia-se de forma hereditária até que, por iniciativa do proprietário, fosse concedida a **alforria**, ou seja, a interrupção do cativeiro.

Como formas de resistência, os negros escravizados promoviam sabotagens ao processo de produção do açúcar, organizavam fugas coletivas ou individuais, executavam assassinatos de senhores e de feitores, suicidavam-se, promoviam revoltas nas **plantations** e povoações e organizavam quilombos. Além disso, muitos alimentavam o banzo,

uma atitude apática, de recolhimento, que os tornava ineficazes para o trabalho. Outra forma de resistência foi a manutenção de crenças e ritos africanos, apesar da condenação e vigilância do clero colonial.

Embora os europeus tivessem encontrado práticas de escravidão no continente africano, o que ocorreu com o tráfico atlântico a partir do século XV não pode ser tratado como sendo o mesmo fenômeno. A escala do tráfico internacional de escravos marcou o estabelecimento de uma rede gigantesca de comércio de seres humanos (o tráfico negreiro) e da montagem de um sistema produtivo assentado na escravidão (o escravismo) no continente americano.

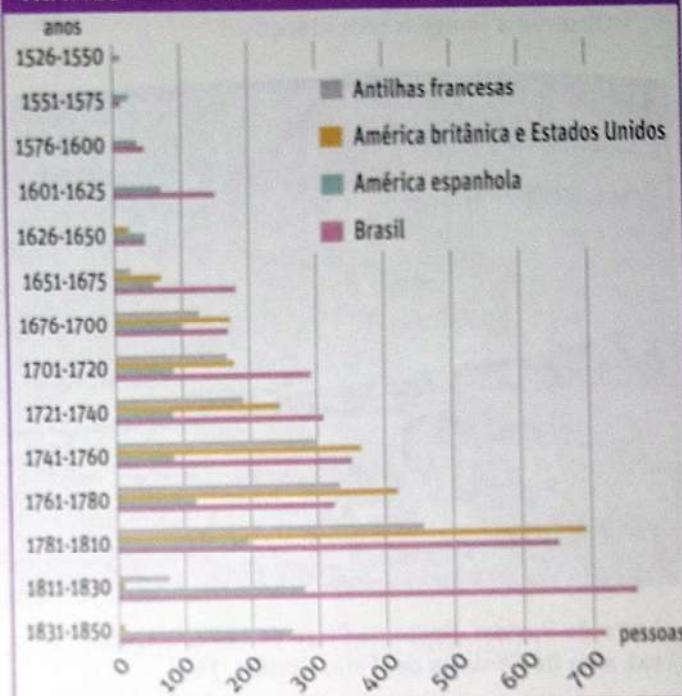
O escravismo marcou decisivamente a história humana. Na América, eixo da conquista colonial, tornou-se o instrumento de produção de riquezas. Mais ainda: foi em torno desse sistema que se lançaram as bases da organização social da maior parte do continente. Desde os primeiros tempos da conquista até o século XIX, a escravidão tornou-se a base das relações de trabalho no Brasil. Suas consequências sociais podem ser identificadas até hoje.

Na África, o tráfico negreiro favoreceu a desagregação de estruturas políticas e a formação de outras. Estimulou rivalidades entre povos e permitiu a exploração do continente por europeus. Na região da Costa do Ouro, diversos povos passaram a trocar ouro e cativos por armas de fogo com as quais ampliaram o negócio de escravos e expandiram os territórios sob o seu controle. Os reinos de Achanti,

Daomé e de Oyo disputaram incessantemente, até o século XIX, o controle do comércio negreiro com a costa litorânea.

Na Europa, o acúmulo de riquezas proporcionado pelo tráfico e pela produção colonial foi um dos principais instrumentos de acumulação de capital. O escravismo constituiu-se numa das alavancas do capitalismo.

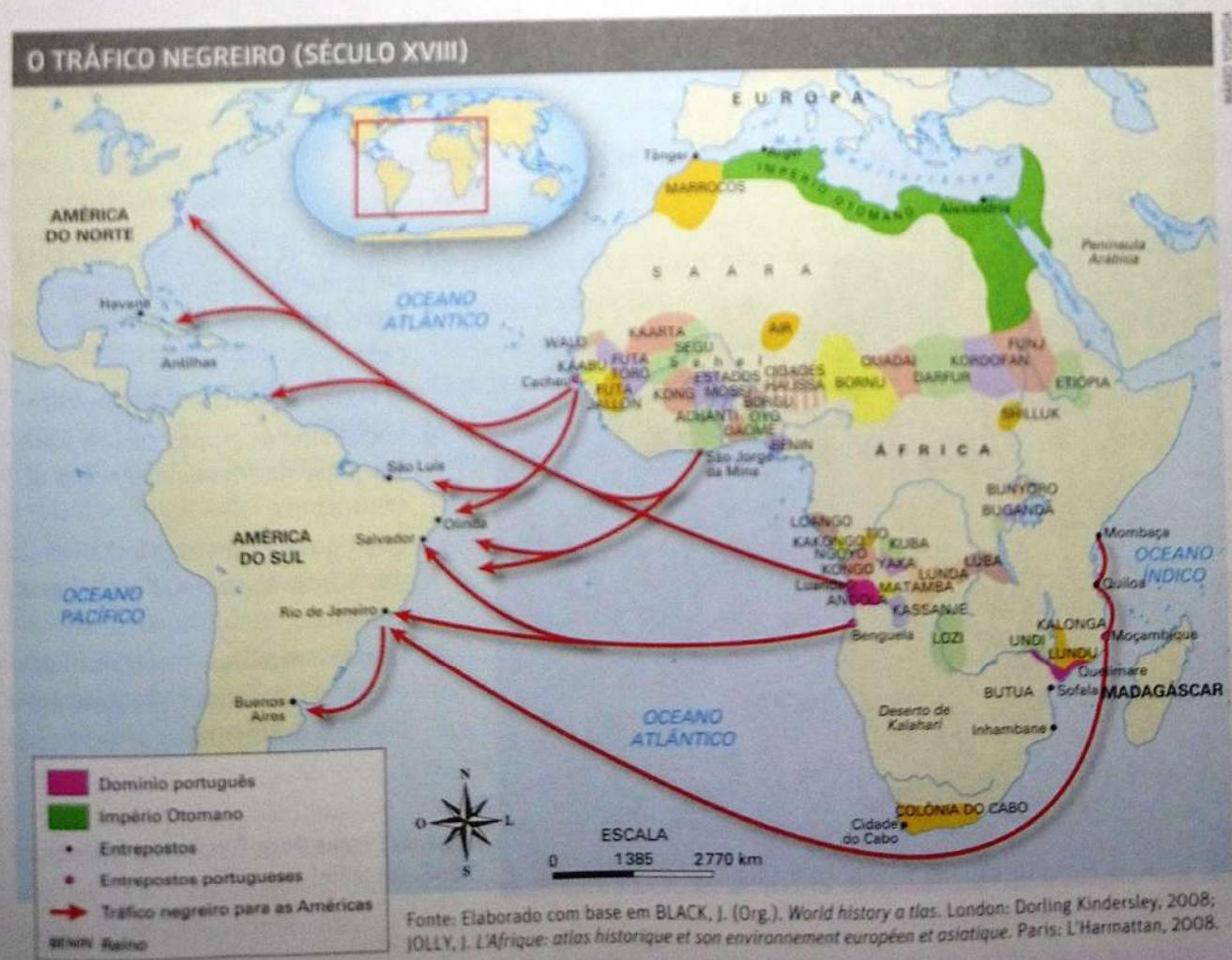
TRÁFICO NEGREIRO (em milhares de pessoas)



A: COMUNICAÇÃO

Fonte: Elaborado com base em ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 43.

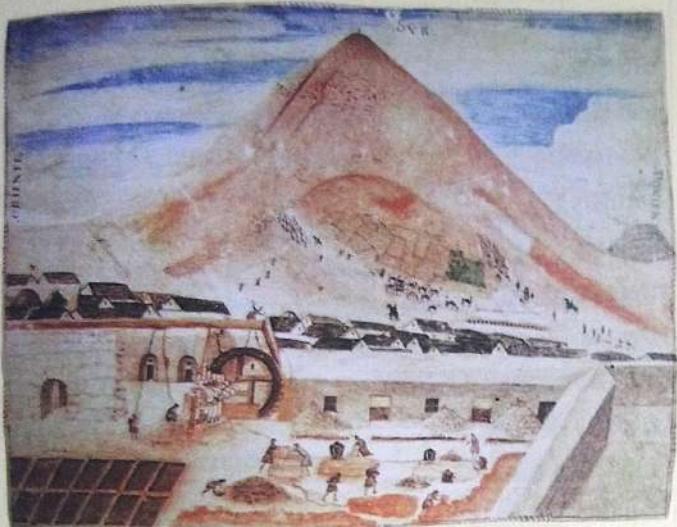
O TRÁFICO NEGREIRO (SÉCULO XVIII)



Fonte: Elaborado com base em BLACK, J. (Org.). *World history a tlas*. London: Dorling Kindersley, 2008; JOLLY, J. *L'Afrique: atlas historique et son environnement européen et asiatique*. Paris: L'Harmattan, 2008.

Atividades

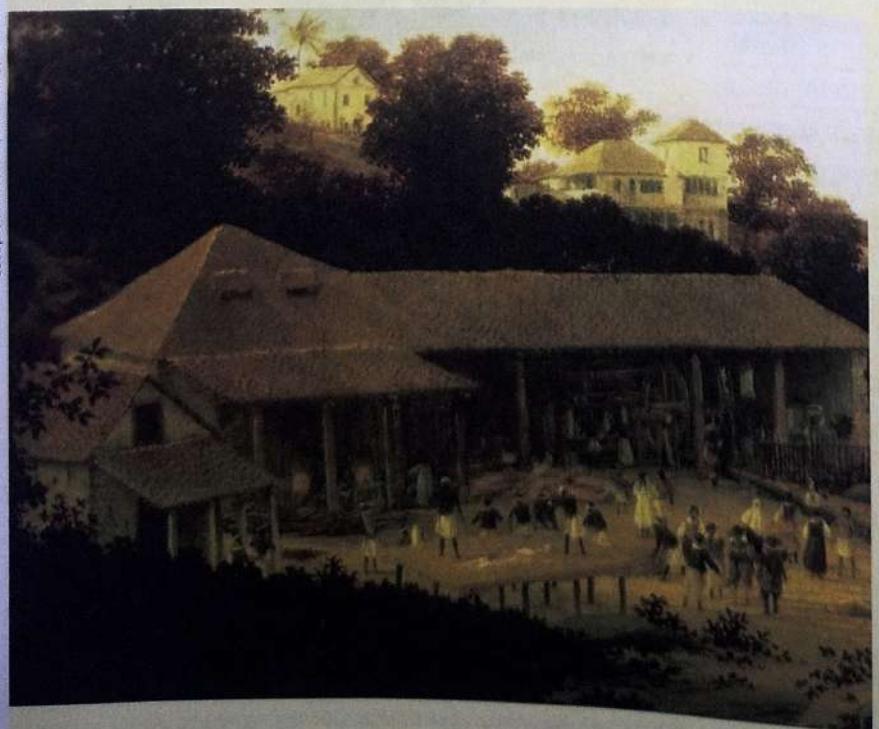
- 1 Quais são as diferenças entre escravidão e escravismo? ☐ DL/CF/H1/H2
- 2 A imagem abaixo se refere a atividades desenvolvidas em Potosí, Bolívia, durante o período colonial. Observe a imagem com atenção:



Cerro de Postosí, Pedro de Cieza de Leon. Gravura extraída de *Chrónica del Perú*, Sevilha, 1553.

- a) Em seu caderno, descreva a imagem detalhadamente. ☐ DL/H1/H2/H16/H17/H19/H27/H28/H29
- b) Que atividade econômica é representada nessa gravura? ☐ DL/H1/H2

- 4 Analise a imagem abaixo com atenção e depois responda às questões propostas:



Engenho, Frans Post. Óleo sobre madeira, 1668. (detalhe)

- c) Quais modalidades de trabalho obrigatório foram utilizadas pelos espanhóis na América?
☐ DL/CF/H1/H2

- 3 Leia o texto abaixo com atenção:

"Na sua estratégia de evangelização dos índios, os jesuítas entram em conflito com os colonos, com o epis copado e com a Coroa [...] No plano interno, os jesuítas ajudam a reduzir a autonomia paulista nos anos 1650 e favorecem a restauração da autoridade régia no Maranhão, após o levante de Beckman (1683-84)"

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 24.

A participação jesuítica nos assuntos coloniais envolve o questionamento da escravidão indígena e a defesa, ou pelo menos a conivência, com relação à escravidão africana.

- a) Em que medida tal posicionamento reforça os interesses da Coroa portuguesa?
☐ DL/CF/SP/H1/H2/H11
- b) Os bandeirantes e outros colonos laicos estabeleceram frequentes conflitos com os jesuítas. Esses conflitos podem revelar a existência de práticas e projetos coloniais diversos? Justifique sua resposta.
☐ DL/CF/SP/CA/H1/H2

- a) Que tipo de construção é retratada em primeiro plano nessa imagem? Quais atividades podem ser identificadas?

- ☐ DL/SP/H1/H2/H11/H16/H27/H28/H29
- b) Identifique os grupos sociais e étnicos presentes nessa imagem. ☐ DL/CF/H1/H2/H11
- c) Que tipos de construção são retratadas acima, no segundo plano? ☐ DL/CF/H1/H2
- d) Que outras partes importantes de um engenho não foram retratadas nessa pintura? ☐ DL/H1/H2